



SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Ata da 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas e 2ª Reunião ordinária do Conselho Consultivo do FNDF

Às 9h00, do dia 23 de novembro de maio de 2012, no Edifício Sede do CENAFLOP, em Brasília, Capital Federal, depois de constatado o quórum, deu-se início à 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP) e 2ª Reunião ordinária do Conselho Consultivo do FNDF, presidida por Antônio Carlos Hummel, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro e Vice-Presidente da Comissão.

Estiveram presentes os membros: Roberto Brandão Cavalcanti (Ministério do Meio Ambiente - MMA), Antônio Carlos Hummel (Serviço Florestal Brasileiro – SFB), Henrique Eduardo Mendonça Nascimento (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI), Capitão-de-Corveta Eduardo da Costa Pereira Junior (Ministério da Defesa – MD), Artur Texeira Carvalho (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC), Vinicius Oliveira Ribeiro (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG), Julianna Sampaio (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama), Gustavo Oliveira (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama), Marcus Vinício Neves d'Oliveira (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária– Embrapa), Antônio Ademir Stroski (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – Abema), José Carlos M. Gadelha (Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – Anamma), Deryck Pantoja Martins (Confederação Nacional das Indústrias – CNI), Benony Pereira Mamede (Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias de Construção e da Madeira filiados à CUT – COMTICOM), Eliziário Noé Boeira Toledo (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG), Carlos Adolfo Bantel (Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais – SBEF), Maria Jocicleide Lima de Aguiar (Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS), José de Arimatéa Silva (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC), João Paulo Sotero (Serviço Florestal Brasileiro – SFB), Fábio Chicuta (Serviço Florestal Brasileiro – SFB), Fernando Coutinho Pimentel Tatagiba (Ministério do Meio Ambiente - MMA), Fátima da Costa

Lama (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE), Ana Paula (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA/BA), Ricardo Kobal (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA)

Também estiveram presentes os Diretores do Serviço Florestal Brasileiro - SFB, Marcus Vinicius da Silva Alves, Cláudia de Barros e Azevedo Ramos e Joberto Veloso de Freitas.

1º INFORME: TiiFlor.

A SRª. CLÁUDIA DE BARROS E AZEVEDO RAMOS (Diretora de Fomento e Inclusão/SFB) – Apresentação sobre o evento TiiFlor.

O SR. CARLOS ADOLFO BANTEL (SBEF) – Relata que se surpreendeu com a linha inovadora da apresentação do evento. Diz que a comunidade urbana brasileira está se aproximando mais da floresta, e isso é um bom sinal, porque a floresta está chegando à alma do meio urbano.

O SR. BENONY MAMEDE (CONTICOM) – Parabeniza a equipe organizadora e relata ser partidário da tese que a humanidade caminha a passos irreversíveis para a sua extinção e, com que presenciou no evento, percebeu que a sim uma luz no final do túnel. Solicita disponibilização do material do evento.

1º PONTO DE PAUTA: BALANÇO INSTITUCIONAL DO EXERCÍCIO DE 2012

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (Diretor-Geral/SFB) – Faz um prévia sobre o balanço de 2012. Relata haver pontos essenciais para o SFB e para a questão florestal no Brasil, como os mecanismos de controle social: realização de três reuniões ordinárias da CGFLOP durante o ano e pleno andamento da Comissão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal; e os avanços administrativos: indicativos de chamada de 50 analistas ambientais do concurso do MMA, negociações para realização de concurso específico para o SFB, independência em relação à área de tecnologia da informação e sede própria para a Unidade Regional do Nordeste. Em relação às Concessões Florestais, destaca o importante aperfeiçoamento na elaboração dos editais e o avanço significativo em relação à negociação de repasse para o SFB de terras públicas não destinadas. Relata a realização do contrato com o IFC/Banco Mundial com o objetivo de modelagem econômica das concessões florestais de duas florestas nacionais: a Floresta Nacional de Itaituba I e Itaituba II. Destacou a também a consolidação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal neste ano. Relata também os avanços na

discussão do Cadastro Nacional das Florestas Públicas. Outro ponto fundamental são as articulações entre o SFB e o Ministério do Meio Ambiente a fim de fortalecer a agenda florestal. Relata que a questão das florestas públicas não destinadas é um ponto que deve ser trabalhado e que se tem um bom cenário para conversar a respeito do fortalecimento do manejo de florestas nativas na Amazônia e Nordeste – Caatinga.

O SR. DERYCK PANTOJA MARTINS (CNI) – Afirma que a comissão deve trabalhar nos campos da ilegalidade, rastreabilidade da madeira e nas questões de compras governamentais que são importantes para o alicercamento das concessões florestais. Ressalta a importância da inserção de algumas soluções internas, mais fáceis de serem implementadas. Relatou a importância de uma melhor estruturação do arranjo institucional entre os órgãos que estão relacionados às autorizações e licenciamento desse processo. Diz haver no desenvolvimento das concessões um processo administrativo burocrático, com muita duplicidade de informações, sombreamento das competências levando a um custo altíssimo de transação dos projetos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SBF/MMA) – Concorda com a necessidade de um melhor arranjo institucional. Diz que o licenciamento do plano de manejo florestal, como é realizado hoje, é realmente muito burocrático. Relata que os esforços estão sendo realizados e que com o novo código florestal surge a oportunidade de uma nova regulamentação específica para o manejo florestal.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI (Secretário de Biodiversidade e Floresta /MMA) – Ressalta a importância da discussão em relação as dificuldades de manejo florestal, desincentivando qualquer atividade econômica que não vise a uma estratégia de manutenção da biodiversidade. Sugeriu a realização de um planejamento com plano de metas até 2025. Diz que o novo Código Florestal é taxativo em relação à manutenção de 80% da cobertura da Amazônia.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SBF/MMA) – Esclarece já existir plano de metas para a concessão florestal, porém não até 2025 em função do PPA, das metas da Presidência da República e das metas no Sigob/ Ministério do Meio Ambiente.

A SR^a. JULIANNA SAMPAIO (IBAMA) – Afirma existir um trabalho em conjunto com os Conselhos Florestais para melhoria da gestão e do relacionamento entre os órgãos ligados ao licenciamento no manejo florestal. Esclarece que a emissão de autorização da análise dos planos operacionais, função do Ibama, está ocorrendo normalmente dentro do período de licença.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI (Secretário de Biodiversidade e Floresta /MMA) – Relata que os órgãos do Ministério estão trabalhando com máxima

agilidade dentro do marco legal, que existe atualmente, para remoção de obstáculos institucionais.

O SR. ANTÔNIO ADEMIR STROSKI (Abema) – Afirma a necessidade da implementação de metas imediatas em relação às concessões, no Estado do Amazonas. Relata o problema da ilegalidade no Distrito de Matupi e afirma que os órgãos estaduais fazem um esforço enorme para o licenciamento dentro do plano de manejo e que as concessões para florestas públicas não podem mais postergar.

O SR. CARLOS ADOLFO BANTEL (SBEF) – Alega haver muitas discussões a cerca do tema manejo florestal, porém hoje não consegue olhar para a floresta somente como um volume de madeira ou de produtos disponíveis, sem levar em consideração o valor a ser agregado ao trabalho realizado na própria região produtora.

A SR^a. MARIA JOCICLEIDE LIMA DE AGUIAR (FBOMS) – Acredita que o manejo florestal é uma forma inteligente de utilizar os recursos e de geração de renda para as famílias, para as comunidades. Discute não ter visto questionamentos em relação ao manejo comunitário. Diz que essas dificuldades impostas pelas relações institucionais prejudicam as comunidades que necessitam ser assistidas. Parabeniza a realização do evento Tiiflor que retratou as coisas boas que vem da floresta.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SBF/MMA) – Diz que o manejo florestal comunitário já foi pauta de várias discussões e que poderá ser tema da próxima reunião.

O SR. JOSÉ DE ARIMATEA SILVA (SBPC) – Com relação ao manejo florestal, lembra da existência da Lei nº 12.651, de maio de 2012, que alguns dizem ser o código florestal, inclusive a imprensa, mas que o texto trata da proteção da vegetação nativa, admitindo-se somente o manejo florestal como forma de exploração. Relata a existência de um período de 02 anos para a regulamentação, e que é neste momento que se devem resolver inúmeros problemas, inclusive no âmbito dos Estados e nas regulamentações de manejo.

2º PONTO DE PAUTA: APRESENTAÇÃO DO PAAR

O SR. JOÃO PAULO SOTERO (Gerente Executivo de Capacitação e Fomento/SFB) – Apresentação sobre Plano Anual de Aplicação Regionalizada disponível no site do SFB.

A SR^a. CLÁUDIA DE BARROS E AZEVEDO RAMOS (SFB) – Enfatiza o fato de que o fundo tem recebido um tratamento objetivamente proporcional ao seu tamanho, buscando-se parcerias para o aumento do valor existente. Relata que se optou por uma

estratégia focada no pólos produtivos, pois não convêm pulverizar as ações em situações geograficamente dispersas, pois se deve trabalhar produzindo sustentavelmente. Afirma que a atuação está ocorrendo especificamente nos municípios que podem contribuir para a sustentabilidade. Ressalta que esse é o foco: crescer a partir de mais recursos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SBF/MMA) – Diz haver outro ponto muito importante do Balanço de 2012 - o Programa Florestabilidade - lançado pela Fundação Roberto Marinho, Serviço Florestal Brasileiro e o Fundo Vale, cujo objetivo é a formação e capacitação em manejo florestal na Amazônia. Informa que, para aqueles que caso queiram mais informação, acessar: www.florestabilidade.org.br. Concorda com a colocação feita pela Sr^a. Cláudia de Barros e relata que o fundo está realizando estratégias importantes, principalmente na Caatinga

2º INFORME: CONCESSÕES FLORESTAIS

O SR. MARCOS VINICIUS DA SILVA ALVES (Diretor de Concessão e Monitoramento/SFB) - Apresentação sobre Concessões Florestais disponível no site do SFB.

O SR. JOSÉ CARLOS GADELHA (ANAMA) – Pergunta se a partir dessa transferência de terras não destinadas se a Floresta Nacional do Jamari vai assumir a figura jurídica de Flona ou vai ter outra figura jurídica? Essa é uma floresta não destinada? Se está destinada, vai ter uma nova figura jurídica?

O SR. MARCOS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB) – Responde que poderia ser destinada à terra indígena, assentamento ou unidade de conservação, porém será destinada à concessão florestal. Ficará sob a gestão do SFB, como descrito no termo de entrega, com fim único de concessão florestal. Caso o SFB não seja competente ou for do interesse de circunstâncias momentâneas, essa gleba ou parte dela deverá retornar à SPU, para posterior destinação. Relata o avanço em parceria com ICMbio em um novo desenho de plano de manejo das FLONAS. Diz que neste ano foram lançados dois editais de concessão florestal para a Floresta Nacional do Jacundá com três unidades de manejo com quase 112 mil hectares que está em processo de julgamento e o outro para a Floresta Nacional de Saracá-Taquera com duas áreas que somam 86 mil hectares e encontra-se em fase de análise documental. Relata que para o ano de 2013, a meta é de que até o final do mês de janeiro sejam lançados mais 3 editais: Florestas Nacionais do Amana, de Crepori e de Altamira. Diz que o SFB, em 2012, o processo de elaboração dos editais passou por um processo de aperfeiçoamento que levou a uma redução de custos de transação. Relata a existência da cooperação com o IFC, banco corporativo do Banco Mundial, que tem larga experiência na modelagem de parcerias

público-privadas e concessões a nível mundial. Esclarece que em relação aos contratos atuais, na Floresta do Jamari temos a empresa Madeflona e Amata e do ponto de vista formal ainda temos a empresa Sakura que está por cumprir a última etapa formal do processo de rescisão contratual e a partir disso tomaremos todas as providências no sentido de disponibilizar essa área para concessão. Diz esperar que os editais lançados a partir de 2014 reflitam todos os ganhos alcançados com esse subsídio da cooperação com o IFC. Diz que as prioridades para 2013 são concluir o plano de manejo da Floresta de Itaituba 1 e 2, viabilizar o da Floresta Nacional de Humaita.

O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Solicita esclarecimento à respeito dos mecanismos de monitoramento e controle após a exploração e pergunta como é realizado o controle da qualidade da exploração das concessões florestais.

O SR. MARCOS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB) – Responde que o monitoramento das concessões se dá em três níveis: Ibama, responsável pela aprovação, fiscalização do plano de manejo de manejo florestal; o Instituto Chico Mendes, realiza o monitoramento e a gestão das Florestas Nacionais; e, o SFB que realiza o monitoramento dos contratos de concessão. Esclarece que, dentro das atribuições do SFB, existem 4 tipos de indicadores: ambientais, sociais, de eficiência e de agregação de valor; e que em cada contrato há possibilidade de contemplar indicadores distintos.

O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Diz que esse programa institucional de monitoramento não se mostra claro em relação às atribuições de cada órgão e apresenta padrões diferentes de monitoramento. Relata ser pertinente a disponibilização desses relatórios com a metodologia empregada. Afirma que todas as concessões do mundo tropical fracassaram exatamente por falta de monitoramento. Alega ter tido acesso a algumas amostras de sobrevôos de Jamari e que as imagens o preocuparam. Diz que informalmente entregou essas informações informalmente ao Gerente de Monitoramento.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SBF/MMA) – Responde que no aspecto legal, com certeza o Sr. Marcus Vinício conhece todos os requisitos técnicos, pois participou da discussão da Instrução Normativa nº 5 do IBAMA e demais regras (como as Normas de Execução já publicadas com metodologias) empregadas para vistoria por parte do IBAMA. Concorde da importância da disponibilização desses relatórios de vistoria e com a metodologia empregada e se não está ocorrendo, deve ser disponibilizado e vai ver junto ao IBAMA e SFB. Diz que em relação às novas tecnologias de monitoramento, sempre existirão e é um processo dinâmico, por isso é necessário a realização de análises para incorporação, inclusive na legislação, pois sempre serão excelentes ferramentas de apoio ao monitoramento, no futuro. O SFB está

aberto a sugestão de utilizar essas ferramentas e, se necessário, realizar junto com os órgãos competentes ajustes nas normas técnicas vigentes. Não concorda com a questão das competências, pois acredita estarem bem delimitadas. Diz que em 2013 serão realizados testes de um sistema de rastreabilidade das madeiras das concessões. E aguarda que seja apresentado formalmente os seus comentários sobre as imagens da FLONA Jamari e no que os mesmos relacionam-se com as normas técnicas vigentes para manejo florestal na Amazônia.

O SR. ANTÔNIO ADEMIR STROSKI (ABEMA) – Pergunta qual é a volumetria da UPA 1, se foi apresentada por hectare e em relação à rescisão contratual da Empresa Sakura quem assumirá o pós-exploratório dessa região? Como ficará a relação de quem assumir o contrato? Diz que a relação de monitoramento é um ponto preocupante. Solicita que o relatório com os indicadores seja disponibilizado.

O SR. MARCOS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB) – Diz que os contratos de todas as concessionárias estão disponíveis na internet. O prazo para que os concessionários alcancem os indicadores ambientais, sociais, de eficiências e de agregação de valor são variáveis. Em alguns casos, o prazo para atingir os indicadores começa a ser contado a partir da assinatura do contrato. Em outros casos, o prazo para atingir os indicadores começa a ser contado a partir da operação de campo. Esclarece que a partir do momento em que há uma rescisão contratual, é assinado um contrato com um novo concessionário. A área que já foi explorada, aquelas duas UPAs que já foram manejadas só poderão ser manejadas novamente após o ciclo. Então, quem receber a área já recebe a área com isso firmado no contrato. A área já explorada faz parte da unidade de manejo do novo concessionário. Portanto, ele vai explorar essa área após vencido o ciclo. Portanto, ele vai ter que ter todo o cuidado com as áreas já exploradas, o mesmo cuidado que ele terá com as áreas que ainda não foram exploradas, já que o concessionário vai esperar o ciclo para retornar a essas áreas já exploradas dentro do prazo do contrato. A volumetria permitida em todas essas áreas é a pela instrução normativa número 5 do Ibama.

O SR. DERYCK PANTOJA MARTINS (CNI) – Diz que em relação às competências institucionais, estas estão bem definidas, mas que o grande problema é a integração das instituições. Relata ser fundamental o trabalho do IFC, mas acredita ser importante a ampliação da questão da concessão florestal, considerando ferramentas de controle, infra-estrutura de apoio e a questão da mineração, pois concede áreas para exploração sem pensar em todo esse contexto. Deve-se discutir e considerar essa imensa matriz de riscos e analisar as consequências futuras.

O SR. MARCOS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB) – Diz que esse cenário de mundo perfeito é o que o SFB espera chegar. Relata que se deve avançar em busca do

equilíbrio e que o contato permanente com as agências reguladoras é justamente para adquirir esse intercâmbio de experiência. Diz não poder esperar ter uma situação do ponto de vista empresarial ou governamental ideal para iniciar o processo de concessão florestal, por isso, é necessário trabalhar com o que temos, mas lógico na perspectiva de melhora sempre, não há como resolver todas essas situações para dar continuidade, ampliar ou dá escalas as concessões. Diz que o SFB enxerga as necessidades de avanços, mas sempre levando em conta os arranjos institucionais existente. Relata que a concessão florestal ainda não e muito compreendida pela sociedade. Diz que não existe nenhum modelo no mundo que se aproxime do que acontece no Brasil, do ponto de vista do marco legal, ou seja, a concessão exclusiva do direito de praticar manejo. Diz existir muitos mitos e dificuldades sobre essa questão, mas que essas dificuldades precisam ser trabalhadas com a máxima segurança possível. Afirma que quando são realizadas todas as avaliações e modelagens econômicas, o manejo florestal é viável.

O SR. CARLOS ADOLFO BANTEL (SBEF) – Solicita explicações a respeito das parcelas fixas e se os limites dessas parcelas são conhecidos pelos concessionários.

O SR. MARCOS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB) – As parcelas permanentes são estabelecidas pelos concessionários, são cláusulas contratuais. São monitoradas pelo SFB, verificamos se estão instaladas seguindo o que estão estabelecidos contratualmente.

O SR. CARLOS ADOLFO BANTEL (SBEF) – Pergunta se existem parcelas não fixas?

O SR. MARCOS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB) – Não, só temos parcelas fixas.

O SR. CARLOS ADOLFO BANTEL (SBEF) – Afirma ter tido problemas seriíssimos com um concessionário que conhecia a localização da parcela permanente. Diz que percebeu que o tratamento dentro da parcela permanente era diferente do resto da área, tirando menor quantidade de madeira dentro da parcela permanente, do que fora das parcelas. Fala da necessidade de mecanismos que verifique se a parcela permanente não está sendo mascarada no momento da colheita.

O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (Embrapa) – Acredita ser um grande problema, porque, pelos dados apresentados na última reunião, a intensidade de corte nas três unidades foi muito baixa, mas o que preocupa é exatamente a qualidade da instalação dessas parcelas. Diz que gostaria de ver o resultado dessas parcelas, que são ótimas quando utilizadas de forma adequadas. Diz que a medição realizada antes e

depois da exploração reflete de uma maneira científica a qualidade do manejo aplicado na área.

O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS (SFB) – Diz que as parcelas permanentes são prevista em todos os contratos. Relata dificuldade nas últimas décadas para instalação delas, mas que é o cuidado na instalação que define os resultados. Relata que tivemos parcelas instaladas pelos concessionários, mas o SFB realizou avaliações, correções e treinamentos para os concessionários e foram reinstaladas. Alega muitos avanços, mas muito ainda há de ser feito. Diz que se têm feito reflexões internas à respeito dessa questão, visto que as parcelas permanentes, muitas vezes, são tidas como um sistema de monitoramento que deve refletir estatisticamente em relação à área que é manejada, mas elas demandam um cuidado onde a quantidade não significa qualidade, muitas vezes até o oposto da qualidade. Defende a ideia de que o uso das parcelas permanentes tem muito mais valor em um uso mais estratégico, ou seja, mesmo na Floresta Nacional ou mesmo na região Amazônica, privilegiando as informações por espécies, mas boas informações. Sugere que em uma próxima reunião haja uma apresentação das parcelas permanentes, dos problemas enfrentados e das soluções proposta.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SBF/MMA) – Diz que esse tema demanda muita discussão, exemplifica que se um concessionário necessita ter uma parcela permanente a cada 200 hectares, imagine no final de um contrato de 40 anos e com mais de cem mil hectares sob contrato. Esta é uma discussão que tem que ser discutida estrategicamente considerando diversas variáveis e o envolvimento de instituições de pesquisa.

3º INFORME: CADASTRO NACIONAL DAS FLORESTAS PÚBLICAS

O SR. HUMBERTO MESQUITA (Gerente Executivo de Cadastro Nacional de Florestas Públicas/SBF) - Apresentação sobre Cadastro Nacional das Florestas Públicas- Atualização 2012 disponível no site do SFB.

O SR. JOSÉ DE ARIMATÉIA SILVA (SBPC) – Relata acompanhar a evolução do cadastro e ser usuário das informações no curso de pós-graduação. Pergunta que ao considerar as unidades de conservação com mais ou menos 15% do conjunto de florestas públicas, incluindo terras públicas e terras privadas, como a APA, por exemplo, em relação à metodologia utilizada ocorre uma distinção dessas informações ou entram como informação geral?

O SR. HUMBERTO MESQUITA (SBF) – Responde que as unidades de conservação do ponto de vista do cadastro, são todas inseridas, independente de terem sido

indenizadas ou não. No caso da APA, que admitem a propriedade privada, não são inseridas.

O SR. JOSÉ DE ARIMATÉA SILVA (SBPC) – Pergunta, com base no relatório publicado pelo SFB, que o Brasil tem 516 milhões de hectares de florestas, 60.7% do território brasileiro, e com um aumento de 297 para 308 de florestas públicas. Nesse caso estamos falando de floresta ou terra pública?

O SR. HUMBERTO MESQUITA (SBF) – Responde que, em tese, espera-se encontrar uma unidade de conservação, onde a maior parte do território indígena ou da unidade de conservação esteja desmatada, entra na sua totalidade pelo fato ser unidade de conservação. Diz que talvez a pergunta seja em relação ao desmatamento.

O SR. JOSÉ DE ARIMATÉA SILVA (SBPC) – Diz referir-se à área territorial e a com cobertura florestal e relata que ocorre a associação, quando relatado a existência de 308 milhões de hectares de Florestas Públicas, desse quantitativo com cobertura florestal, apesar de uma parcela não ser cobertura, mas sim terra pública.

O SR. HUMBERTO MESQUITA (SBF) – Relata que embora o SFB tenha um dos melhores sistemas de monitoramento do mundo, reconhecido pela ONU como exemplo de monitoramento de territórios, em relação ao mapeamento ainda tem-se dificuldades em relação a áreas muito pequenas e possivelmente ficando áreas excluídas desse mapeamento.

O SR. MARCOS VINICIUS DA SILVA ALVES (SBF) – Complementa dizendo que o cadastro vem no âmbito da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006 que estabelece um conjunto de políticas públicas, sendo uma delas a concessão florestal e concessão para fins de reflorestamentos em áreas que são terras públicas, mas que em 2006, ou até 2006 tinham floresta. Salienta ainda que é essa lei que serve de base referencial ao cadastro. Diz ser importante relatar que será como base nesse cadastro que em futuro próximo poderemos realizar concessão com fins de recuperação.

O SR. JOSÉ DE ARIMATÉA SILVA (SBPC) – Relata que na Universidade Rural, tem três mil hectares, dos quais 600 hectares estão reflorestados, com eucaliptos, através de uma parceria que foi realizada com uma empresa, há 20 anos. Sugeriu que seja enviado um formulário para essas instituições para ser incluída no cadastro.

4º INFORME: Inventário Florestal Nacional

O SR. JOBERTO FREITAS (Diretor de Pesquisa e Informação / SBF) - Apresentação sobre Inventário Florestal Nacional.

O SR. FERNANDO TATAGIBA /MMA) – Pergunta como é que está sendo o contato com os estados na Amazônia para implementação do inventário nacional? E como está o andamento?

O SR. JOBERTO FREITAS (SFB) – Em relação à Amazônia não ocorreu nenhum tipo de contato, visto que somente ocorrerá a partir do momento da existência de recursos, após a assinatura do contrato com o fundo da Amazônia. Relata que para a implementação do Inventário Nacional, primeiramente, deve ocorrer o contato com o Governo do Estado por meio do estabelecimento do arranjo institucional local. Relata não ter ocorrido esse contato com nenhum estado da Amazônia, aguarda-se a assinatura do contrato. Espera-se assim iniciar as coletas de dados no início de 2013.

O SR. JOSÉ DE ARIMATÉA SILVA (SBPC) – Registra a presença de uma estagiária da Universidade de Santa Catarina, na Embrapa/Acre, que realizou uma apresentação do Inventário florestal em Santa Catarina, parceria do SFB com a Universidade. Um trabalho muito bom. Parabeniza o SFB e esperar ter novas parcerias como essa nas Universidades da Amazônia.

O SR. MARCOS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB) – Agradece, diz que o trabalho realizado foi muito bom e que ocorreu um Congresso Nacional da Botânica, em Natal, onde foram apresentados vários resultados desse inventário, com uma boa repercussão.

O SR. JOSÉ DE ARIMATÉA SILVA (SBPC) – Lembra da inclusão de um artigo na Lei nº 12.651, de maio de 2012, sobre o Inventário Florestal Nacional, possibilitando, ao SFB, a criação de uma linha orçamentária no PPA.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SBF/MMA) – Diz que o Inventário Florestal Nacional e o Sistema Nacional de Informações Florestais são importantes políticas estruturantes para o setor florestal do país. Agradece a participação de todos e encerra a reunião